



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000636383

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0006577-17.2012.8.26.0408, da Comarca de Ourinhos, em que são apelantes ABIGAIL RODRIGUES LAZARO (JUSTIÇA GRATUITA), ADRIANA DO NASCIMENTO ROSA (JUSTIÇA GRATUITA), RAIMUNDO EDUARDO DO NASCIMENTO, DENILSON DO NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA), SANDRA APARECIDA DO NASCIMENTO, RAFAELA NASCIMENTO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), LUANA PRISCILA DO NASCIMENTO SABINO, ROSE DO NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA) e ALESSANDRA DO NASCIMENTO MANSANO, é apelado SUPERINTENDÊNCIA DE AGUA E ESGOTO DE OURINHOS SAE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RUY COPPOLA (Presidente sem voto), LUIS FERNANDO NISHI E CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA.

São Paulo, 12 de agosto de 2019.

MARIA CLÁUDIA BEDOTTI

Relatora

Assinatura Eletrônica

Apelação nº: 0006577-17.2012.8.26.0408

Apelante: Abigail Rodrigues Lazaro e outros

Apelada: Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos Sae

Juiz: Nacoul Badoui Sahyoun

Comarca: Ourinhos

Voto nº 5127

Acidente de trânsito. Ação de indenização. Reconhecimento de culpa exclusiva da vítima em sentença criminal transitada em julgado que não vincula o juízo cível. Inteligência do artigo 935 do Código Civil. Responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público. Manobra de conversão à direita realizada sem a devida cautela. Culpa exclusiva da vítima não demonstrada. Autora Abigail que não ostentava mais qualidade de companheira da vítima à época do acidente. Indenização, seja por danos morais, seja materiais, indevida. Danos morais configurados em relação aos autores filhos da vítima. Indenização fixada em R\$ 25.000,00 para cada um dos filhos. Recurso parcialmente provido.

Vistos.

Ao relatório da r. sentença de fls. 200/213, acrescenta-se que a ação de indenização ajuizada por Abigail Rodrigues Lazaro, Alessandra do Nascimento Mansano, Adriana do Nascimento Rosa, Raimundo Eduardo do Nascimento, Luana Priscila do Nascimento Sabino, Rafaela Nascimento da Silva e Rafael do Nascimento contra Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos foi julgada improcedente, com a condenação dos autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, ressalvada a gratuidade processual.

Inconformados, recorrem os autores, sustentando, em suma, que a absolvição por insuficiência probatória no âmbito criminal não impede o reconhecimento da responsabilidade civil. Aduzem que o laudo pericial produzido pela Polícia Científica comprova a culpa do preposto da apelada, que realizou manobra de conversão de modo imprudente. Alegam

que os depoimentos das testemunhas são contraditórios, retirando seu poder de convicção. Defendem que o acidente foi causado por culpa exclusiva do motorista da apelada. Pedem o provimento do recurso.

Recurso tempestivo, sem preparo e contrariado (fls. 229/238).

É o relatório.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito envolvendo a vítima fatal Raimundo do Nascimento e o caminhão conduzido por preposto da apelada.

O motorista foi absolvido na esfera criminal com fundamento no artigo 486, VI, do Código de Processo Penal, por sentença transitada em julgado (certidão de objeto e pé a fls. 160). Todavia, como é cediço, a responsabilidade civil é independente da criminal e a absolvição pelo juízo criminal não vincula o juízo cível.

Nesse sentido, leciona Sergio Cavalieri Filho:

“Por força da independência das responsabilidades civil e criminal, cada juiz aprecia livremente a prova dos autos e forma sua convicção. Sendo assim, é perfeitamente possível que a prova produzida no processo penal seja insuficiente para uma condenação, mas suficiente a que foi produzida no cível. No que diz respeito à culpa, a sentença penal não vincula o cível ainda que o juiz criminal absolva o réu por entender ter ficado provado que ele não teve culpa (e não por falta de prova). Tenha-se sempre em mente que a culpa civil é menos grave que a penal, sem se falar nos casos de culpa presumida e até de responsabilidade objetiva, de sorte que não haverá nenhuma colisão entre uma absolvição criminal por inexistência de culpa e uma condenação no cível.” (Programa de Responsabilidade Civil, 9ª edição, Editora Atlas, 2010, p. 545).

De seu turno, a responsabilidade da apelada, na qualidade de empresa prestadora de serviço público, é objetiva, não só no tocante ao utente, como também em relação ao terceiro não-usuário dos serviços, nos termos do que preceitua o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Confira-se:

“CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO.

I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decore do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.

III - Recurso extraordinário desprovido” (RE nº 591.874, j. 26.8.2009, Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, grifo nosso).

Em suma, a absolvição do preposto da ré na seara criminal não impede a reapreciação das provas dos autos, ao passo que a responsabilidade da apelada apenas seria afastada se demonstrada qualquer das excludentes do nexo causal, mais especificamente a culpa exclusiva da vítima.

Pois bem.

É dos autos que o acidente de trânsito ocorreu em 06.08.2011 (boletim de ocorrência a fls. 42/44), quando o caminhão de propriedade da apelada realizava manobra de conversão à direita para ingressar na Rua Antonio Carlos Mori, na cidade de Ourinhos, vindo a colher a motocicleta conduzida pela vítima.

Naquela ocasião, ou seja, no calor dos fatos, o preposto da apelada admitiu que realizou manobra de conversão à direita, quando ouviu um barulho e constatou que havia uma mobilete caída no chão, esclarecendo que não sabia por onde transitava a motocicleta (boletim de ocorrência, fls. 44).

É o que basta para concluir que o sinistro ocorreu por culpa exclusiva do preposto da ré, pois o motorista que pretende realizar manobra de conversão deve certificar-se que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade, na exata dicção do artigo 34 do Código de Trânsito Brasileiro.

Não foi o que aconteceu, tanto assim que houve a colisão, independentemente de estar ou não a vítima realizando indevida manobra de ultrapassagem pela direita, alegação que sequer foi comprovada estreme de dúvidas nos autos.

A propósito, esta é a conclusão a que chegou o perito criminal: "baseando-se nos vestígios materiais, como os sentidos dos veículos, suas posições de imobilização, a localização das danificações e o sítio da colisão, esse Perito Criminal constata que o condutor do veículo caminhão placas CZA 4408 desrespeitou o artigo 34 do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja, ao executar a manobra que implique deslocamento lateral, deveria certificar-se de que poderia executá-la sem perigo para os demais usuários da via" (laudo de fls. 45/48).

Por outro lado, não restou comprovada a alegada culpa exclusiva ou mesmo concorrente da vítima.

Nenhuma das testemunhas, quando ouvidas no calor dos fatos, relatou ter visto a suposta manobra de ultrapassagem irregular realizada pela vítima, fato que só foi aventado por ocasião de suas oitivas no juízo criminal (boletim de ocorrência de fls. 42/44 e termo de audiência de fls. 161/163), a retirar o poder de convicção que se poderia extrair de seus depoimentos.

Ademais, se o condutor do veículo realmente avistou a vítima empreendendo a manobra de ultrapassagem, como disse em juízo, mais cuidado ainda haveria de ter antes efetuar a manobra de conversão para evitar a colisão, de sorte que tal versão dos fatos, longe de afastar, apenas reforça sua culpabilidade.

Nesse cenário, conclui-se, com segurança, que o acidente aconteceu porque o preposto da apelada realizou manobra de

conversão à direita de maneira imprudente, vindo a interceptar a trajetória da motocicleta dirigida pela vítima.

Pondere-se, ainda, que a alegação de que a vítima não era habilitada para conduzir motocicletas não afasta tal conclusão, porque de tal fato não se extrai qualquer presunção a respeito. A falta da habilitação gera consequências nas esferas penal e administrativa, mas não tem relevância aqui, pois a responsabilidade de reparar o dano pressupõe a existência de efetiva demonstração da relação de causalidade e da culpa, e isto não decorre do fato de o condutor ser, ou não, habilitado.

Assim, reconhecida a responsabilidade da apelada pelo sinistro, deve ela compor integralmente os prejuízos decorrentes do evento.

No que toca à autora Abigail, a pretensão de indenização, seja por danos materiais seja por danos morais, não prospera. Isso porque a própria autora trouxe aos autos a sentença da ação de reconhecimento e dissolução de união estável que promoveu (fls. 74), a comprovar que, ao tempo do óbito, já não mantinha relacionamento com o “de cujus” há mais de cinco anos.

Nesse cenário, não se presumem sua dependência econômica em relação a ele e, tampouco, a ocorrência de danos morais indenizáveis em decorrência de seu falecimento.

Já que no que toca aos demais autores, filhos do falecido, a ocorrência de danos morais é inegável e prescinde de comprovação: o abalo moral sofrido em razão da morte de ente querido e de modo tão trágico é imensurável, fazendo-se necessária, no mínimo, uma satisfação pecuniária.

A valoração ou quantificação do dano moral, por sua vez, é questão tormentosa na prática forense, à falta de critérios balizadores da reparação por dano moral. A doutrina e a jurisprudência não desconhecem essa dificuldade e vêm tentando, ainda de forma esparsa, estabelecer parâmetros mais certos para o arbitramento da indenização por danos morais, inclusive como forma de preservar a igualdade e a coerência dos julgados, elementos indispensáveis à almejada segurança jurídica.

Nesse contexto, no âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça, prevalece, na Terceira Turma daquela Corte, o método bifásico de fixação da indenização por dano moral, conforme se colhe do seguinte julgado:

“RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

1. *Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo devedor por ausência de notificação prévia antes de sua inclusão em cadastro restritivo de crédito (SPC).*

2. *Indenização arbitrada pelo tribunal de origem em R\$ 300,00 (trezentos reais).*

3. *Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ.*

4. *Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.*

5. ***Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.***

6. ***Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.***

7. *Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002.*

8. *Arbitramento do valor definitivo da indenização, no caso concreto, no montante aproximado de vinte salários mínimos no dia da sessão de julgamento, com atualização monetária a partir dessa data (Súmula 362/STJ).*

9. *Doutrina e jurisprudência acerca do tema.*

10. *RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*” (REsp 1152541/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 21/09/2011)

Destarte, constatada a existência do dano moral pela violação a situações jurídicas existenciais, passa-se à quantificação do dano, individualizando-o de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Nesse segundo momento, então, devem ser sopesadas as circunstâncias particulares do caso, quais sejam, a gravidade do fato em si, a responsabilidade dos agentes e a condição econômica dos ofensores e da própria vítima.

Em suma, *“na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte da empresa recorrida, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso”* (RSTJ 112/216).

Pois bem. Sopesadas todas essas circunstâncias, tem-se que o valor de R\$ 25.000,00 para cada um dos autores Alessandra, Adriana, Raimundo Eduardo, Luana Priscila, Rafaela e Rafael representa justa e equilibrada indenização e atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O valor ora fixado deve ser corrigido monetariamente a partir da data da publicação deste Acórdão e acrescido de juros legais contados do evento (06 de agosto de 2011).

Isto posto, pelo meu voto, dá-se parcial provimento ao recurso para, julgando a ação procedente em relação aos autores Alessandra, Adriana, Raimundo Eduardo, Luana Priscila, Rafaela e Rafael, condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 25.000,00 para cada um deles, além das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que ora fixo, com fulcro no artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, em 15% do valor atualizado da condenação.

Quanto à coautora Abigail, fica mantida a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

improcedência da ação, com a majoração dos honorários advocatícios para 11% do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil, ressalvada a gratuidade processual.

MARIA CLÁUDIA BEDOTTI
Relatora